

**ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**Lei nº 14.133/2021, art. 18, §§ 1º, 2º e 3º e Instrução Normativa SEGES nº 58/2022**1 - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO****1. Descrição da Necessidade****1.1. Introdução e Justificativa Geral**

A presente contratação visa suprir a necessidade de disponibilização de equipamentos e materiais essenciais para o aprimoramento da segurança institucional e operacional do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6), bem como para a capacitação de seus agentes. A disponibilização atenderá a diretrizes de segurança do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), garantirá a eficiência no desempenho das funções da Polícia Judicial e promoverá um ambiente de trabalho mais seguro para magistrados, servidores, colaboradores e público em geral.

**1.2. Justificativa por Grupo de Itens:****Grupo 1: Kit de Atendimento Pré-Hospitalar (APH) Tático e Torniquete com Porta Torniquete Modular**

Necessidade: Proporcionar socorro imediato em situações de alto risco e confronto, com foco em salvar vidas em cenários de combate e emergências graves. O Kit de APH Tático é especializado para situações onde há disparos, explosivos ou perigo iminente, visando controlar hemorragias maciças (principal causa de morte em combate), tratar pneumotórax e garantir a abertura de vias aéreas. Permite o autoatendimento e o socorro a terceiros (socorro mútuo) em zonas quentes ou mornas. A inclusão do torniquete com porta torniquete modular garante que este item crítico para o controle de hemorragias esteja sempre acessível e pronto para uso.

Interesse Público: Salvaguarda da vida de agentes de segurança e de terceiros em situações de risco, garantindo a continuidade da atuação institucional mesmo em cenários adversos e promovendo a responsabilidade e o preparo do órgão em situações críticas.

**Grupo 2: Cinto Tático (Velado e Ostensivo), Porta Carregador de Carabina/Fuzil para Colete e Bolso Modular Multiuso para Colete Tático**

Necessidade: Equipar os agentes da Polícia Judicial com sistemas táticos individuais (cinto e colete) que garantam a segurança do operador, eficiência operacional, ergonomia e pronta resposta. O sistema duplo de cintos (interno e externo) assegura a estabilidade e firmeza no porte de arma e acessórios, com saque rápido e seguro. Os porta-objetos e bolsos modulares para colete permitem o acesso rápido e organizado a itens essenciais como torniquetes (IFAK), lanternas, luvas, algemas e carregadores de carabina/fuzil, essenciais para recarga rápida em situações de confronto de alto risco.

Interesse Público: Aumento da eficiência e segurança das operações policiais, garantindo que os agentes possuam o equipamento adequado e organizado para reagir prontamente em diversas situações, protegendo a integridade física do policial e do público.

**Grupo 3: Cofres para Acautelamento de Armas (10 Gavetas e Individual)**

Necessidade: Garantir o armazenamento seguro de armas de fogo institucionais e de terceiros autorizados, em conformidade com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (Resolução CNJ nº 467/2022).

Interesse Público: Proteção do patrimônio institucional e, principalmente, a integridade física de magistrados, servidores, colaboradores e público visitante nas dependências do TRT6 (capital e interior), prevenindo o acesso indevido a armamentos.

---

Cais do Apolo nº 739 - Recife - PE - CEP 50030-902

---

Fone: (81) 3225-3200

---

Itens com Justificativas Separadas:

Tapete Tatame (100m²):

Necessidade: Montagem de um centro de treinamento destinado à capacitação e aperfeiçoamento dos agentes da Polícia Judicial, utilizando o tatame para atividades que exijam piso adequado para treino e simulações.

Interesse Público: Aprimoramento técnico e tático dos agentes de segurança, promovendo maior preparo e eficiência nas suas atribuições, o que reflete diretamente na segurança de todas as unidades do Tribunal.

Cones de Sinalização:

Necessidade: Utilização para delimitar, sinalizar e restringir acessos em áreas de estacionamento e outras instalações do TRT6, garantindo a organização do tráfego e a segurança em eventos ou situações específicas.

Interesse Público: Melhoria da organização e segurança das instalações físicas do Tribunal, prevenindo acidentes e otimizando o uso dos espaços.

Abafador para Treinamento de Tiro:

Necessidade: Proteger a audição dos agentes de polícia judicial durante treinamentos de disparo real com arma de fogo, conforme normativas de segurança em saúde e trabalho.

Interesse Público: Garantia da saúde e segurança dos agentes durante atividades de treinamento essenciais para o porte e uso de armamento, minimizando riscos à saúde auditiva e assegurando a continuidade da capacitação.

Boné para Agentes da Polícia Judicial:

Necessidade: Disponibilizar parte do fardamento previsto na Resolução CNJ nº 379/2021, que estabelece diretrizes para a Polícia Judicial.

Interesse Público: Padronização do uniforme dos agentes da Polícia Judicial, identificação e fortalecimento da identidade institucional, em conformidade com as normativas do CNJ.

## **2 - ÁREA REQUISITANTE**

### **2.1 – Secretaria de Polícia Judicial do TRT6.**

## **3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **3.1. Kit de Atendimento Pré-Hospitalar (APH) Tático:**

Composição: Bolso APH para Colete Tático Modular, Tesoura Ponta Romba, Pincel Marcador Permanente, Luva de Procedimento Nitrílica, Bandagem Tática, Cânula Nasofaríngea, Selo de Tórax Valvulado Industrializado, Manta Térmica.

Funcionalidade: Destinado ao socorro imediato em situações de alto risco, com foco em controle de hemorragias, tratamento de pneumotórax e garantia de vias aéreas.

### **3.2. Porta Torniquete Modular:**

Natureza: Equipagem para controle de sangramento maciço.

Especificação Técnica: Confeccionado com fitas de poliéster/poliamida ou similar, estrutura de reforço em Nylon, fechamento por velcro ou similar. Fixação por sistema MOLLE e para cinto (horizontal/vertical). Aba frontal de fácil acesso, envolta em elástico plano, com lateral de elástico roliço para ajuste de compressão. Dimensões aproximadas: 16,5 cm x 5,0 cm x 4,0 cm. Cor preta.

### 3.3. Torniquete Tático:

Natureza: Controle de sangramento maciço em extremidades, com capacidade de auto aplicação.

Especificação Técnica: Sistema de fivela simples para tracionamento rápido e eficiente. Barra de tracionamento preferencialmente metálica, com sobressaltos nas extremidades e localização fixa. Possuir placa de estabilização com bordas arredondadas. Sem látex. Comprovadamente eficaz (recomendado pelo CoTCCC – USA ou similar comprovado). Dimensões mínimas aberto: 95,25cm (comprimento) x 3,80cm (largura). Registro na ANVISA. Cor preta.

### 3.4. Cinto Tático para Operações com Porte Velado:

Função: Estrutura sólida para fixação de armamento (coldre) e outros itens velados.

Especificação Técnica: Ajuste de cintura em tecido aderente. Fita de alta tenacidade (100% poliamida). Fivela de engate rápido em Alumínio. Largura entre 3,5 e 4 cm. Espessura total (com fivela) até 1,0 cm. Peso aproximado (varia conforme tamanho, ex: 100g a 130g). Circunferência de cintura específica (ex: 70 a 80 cm para PP). Cor preta.

### 3.5. Cinto Tático para Uso Ostensivo com Engate Rápido:

Função: Permite ancoragem de coldres e acessórios modulares (sistema MOLLE Laser Cut ou similar). Possui cinto interno para proteção da cintura.

Especificação Técnica: Confeccionado em fita de poliéster de alta tenacidade. Fita com 5,5 a 6,5 cm de largura. Cinto dividido em duas partes (externo e interno com velcro). Fivela de engate rápido tipo Fasten ou similar. Sistema MOLLE Laser Cut ou similar. Ajuste de cintura em tecido aderente. Peso entre 300 e 450g (Tam M/G). Circunferência de cintura específica (ex: M 90-110 cm, G 111-125 cm). Cor preta.

### 3.6. Porta Carregador de Carabina/Fuzil para Colete Tático:

Função: Transporte e acesso rápido a carregadores de carabina/fuzil.

Especificação Técnica: Fita de alta tenacidade. Lateral flexível em polímero. Ajuste de retenção superior removível. Elástico regulador de pressão. Peso entre 80 e 90g. Dimensões aproximadas: 15cm x 8,5cm x 3,5cm. Cor preta.

### 3.7. Bolso Modular Multiúso para Colete Tático:

Função: Acondicionamento de itens de necessidade imediata e primeiros socorros.

Especificação Técnica: 2 compartimentos (bolso principal com divisória interna em mesh e bolso secundário frontal). Fitas para fixar em sistema MOLLE ou similar. Zíper duplo com puxador em corda. Sistema MOLLE frontal. Confeccionado em Tecido Poliamida 1000 D. Dimensões: 14 cm x 14 cm x 6 cm (L x A x P). Peso entre 110g a 120g. Cor preta.

### 3.8. Cofre para Acautelamento de Arma com 10 Gavetas:

Função: Armazenamento seguro de armas de fogo institucionais e de terceiros autorizados.

Especificação Técnica: Cofre mecânico em aço. Fechamento por chave tetra. Medidas externas aproximadas: Altura 120cm x Largura 45cm x Profundidade 40cm (com margens de tolerância). 10 gavetas com chave individual (mínimo 2 por gaveta). Travamento com no mínimo 2 ferrolhos metálicos. Porta em chapa de aço (espessura 4,75mm a 5mm, com tolerância). Pintura com tratamento antioxidação. Estrutura e forração interna em aço. Peso aproximado: 100kg (com tolerância).

### 3.9. Cofre para Acautelamento de Arma Individual:

Função: Armazenamento seguro individual de arma de fogo.

Especificação Técnica: Cofre mecânico em aço com fechamento por chave tetra. Acompanhar duas chaves. Travamento através de lingueta maciça. Preparado para embutimento em parede ou fixação traseira com kit de fixação. Peso máximo de 8 kg (com 5% de tolerância). Garantia mínima de 01 ano. Dobradiças escondidas. Acabamento interno do piso com carpete.

### 3.10. Tapete Tatame 30mm (área 100m²):

Função: Piso para centro de treinamento, absorção de impacto, isolamento térmico, antiderrapante.

Especificação Técnica: EVA bicolor. Largura: 1m. Comprimento: 1m. Espessura: 30mm. Acabamento dentado para encaixe perfeito. Alta absorção de impacto. Atóxico e antialérgico, impermeável, alta durabilidade, leve e de fácil higienização. Indicado para lutas (jiu-jitsu, karatê, taekwondo, judô, muay thai).

### 3.11. Cones de Sinalização:

Função: Delimitação, sinalização e restrição de áreas (estacionamentos, instalações).

Especificação Técnica: Cor Laranja com faixas refletivas brancas. Material: PVC flexível. Possui 8 sapatas. Peso entre 3 e 6 Kg. Altura: 72 a 75cm. Largura da Base: entre 35 e 40 cm. Quantidade de faixas refletivas: 2 ou 3.

### 3.12. Abafador para Treinamento de Tiro:

Função: Proteção auditiva contra ruídos de alta intensidade em treinamentos de tiro.

Especificação Técnica: Tipo concha. Nível de atenuação sonora de 26 dB. Haste ajustável e dobrável (modelo compacto). Resistente e durável. Não eletrônico e sem cordão. Cores diversas (cinza, preto, verde, vermelho ou similares).

### 3.13. Boné para Agentes da Polícia Judicial:

Função: Componente do fardamento e identificação dos agentes.

Especificação Técnica: Cor preta sólida. Tecido ripstop. Fita interna de reforço nas costuras. Inscrição "Polícia Judicial" bordada em fonte Arial black (10 cm x 4 cm), cor cinza (PANTONE P173-1C). Bandeira do Brasil bordada no lado esquerdo (5 cm x 3,5 cm), em cores originais. Ajuste traseiro ultra conforto.

## 4 - LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO

### 4.1 – Análise de Viabilidade da Contratação

#### 4.1.1 - Levantamento de Soluções

Id	Descrição da Solução
----	----------------------

<b>1</b>	Aquisição dos itens listados (materiais de segurança).
<b>2</b>	Locação/disponibilização, com a propriedade dos bens permanecendo com a empresa.

## 4.2 – Análise das soluções

Para cada solução identificada:

### 4.2.1. Solução 1: Aquisição dos itens listados (materiais de segurança)

Análise: A aquisição direta (aquisição de bens realizada diretamente pelo órgão) dos materiais de segurança especificados (Kits de APH Tático, Torniquetes, Cintos Táticos, Porta Carregadores, Bolsos Modulares, Tapetes Tatames, Cones de Sinalização, Cofres para Armas e Abafadores, Bonés) é considerada a solução mais adequada e eficaz para atender às necessidades atuais do TRT6.

Do ponto de vista técnico: Esta modalidade permite a especificação detalhada de cada item, garantindo que atendam precisamente aos requisitos de desempenho, segurança e qualidade definidos no item 3. A capacidade de selecionar equipamentos e materiais com características técnicas específicas (como resistência, durabilidade, funcionalidades de segurança, conformidade com normas) assegura a adequação ao uso pretendido pela Polícia Judicial e para as atividades de treinamento.

Do ponto de vista econômico: A aquisição direta tende a ser mais vantajosa economicamente em comparação com a contratação de serviços que incluam esses itens, pois permite maior controle sobre o custo unitário dos bens e evita o repasse de custos de serviços agregados que podem não ser integralmente necessários. Além disso, possibilita a gestão direta da vida útil dos equipamentos e a manutenção posterior, conforme a necessidade. A possibilidade de padronização e a obtenção de melhores preços através de processos licitatórios competitivos focados na aquisição de bens específicos também contribuem para a economicidade.

Viabilidade e Prioridade: Esta solução é tecnicamente viável, economicamente vantajosa e prioritária para garantir a segurança institucional, o aprimoramento operacional da Polícia Judicial e o cumprimento das normativas vigentes.

### 4.2.2. Solução 2: Contratação de serviços de locação/disponibilização dos itens de segurança, com a empresa mantendo a propriedade dos bens.

Análise: Esta solução consiste na contratação de um serviço onde a empresa locadora disponibiliza os materiais de segurança necessários, mantendo a propriedade sobre eles e, consequentemente, sendo responsável pela sua manutenção, atualização e eventual substituição. A propriedade dos bens permanecerá com o fornecedor.

Do ponto de vista técnico: A especificação detalhada e a garantia de que todos os itens do serviço atenderão aos requisitos técnicos rigorosos definidos no item 3 podem ser mais desafiadoras. Geralmente, em pacotes de serviços, a flexibilidade para detalhar cada componente individualmente é menor, podendo haver um comprometimento na qualidade ou adequação de alguns itens específicos. A padronização e a garantia de marcas ou modelos específicos, quando necessárias, podem ser mais difíceis de controlar.

Do ponto de vista econômico: Esta modalidade pode acarretar um custo final mais elevado, pois os fornecedores de serviços geralmente incluem em seus preços custos de gestão, mão de obra indireta, e margens de lucro que podem tornar a solução menos vantajosa do que a aquisição direta dos bens. A

gestão de um contrato de serviços complexo pode demandar maior esforço administrativo e fiscalizatório.

**Implicância Legal e de Atribuição:** Adicionalmente, é fundamental considerar que a Polícia Judicial possui atribuições próprias e indelegáveis, conforme estabelecido pela Lei nº 15.285/2025. A transferência dessas funções ou a terceirização de meios essenciais para o seu cumprimento, como o fornecimento de equipamentos de segurança e táticos específicos, assim não é adequada ou permitida, dado o caráter intrínseco e essencial dessas atribuições para a atuação do órgão. A aquisição direta assegura que o Tribunal mantenha o controle e a responsabilidade sobre os meios necessários para o exercício pleno dessas atribuições.

**Viabilidade e Prioridade:** Esta solução é considerada menos prioritária em relação à aquisição direta dos bens, devido aos potenciais desafios técnicos, econômicos e, principalmente, legais e de atribuição. A aquisição direta se mostra mais assertiva para garantir a especificidade, o controle e o cumprimento integral das responsabilidades da Polícia Judicial.

### **4.3 – Critérios para classificação das soluções**

**4.3.1. Segurança:** Capacidade de garantir que os itens adquiridos atendam plenamente aos requisitos de segurança, qualidade e desempenho para a atuação da Polícia Judicial e atividades de treinamento.

**4.3.2. Eficiência Operacional:** Impacto da solução na agilidade, eficácia e prontidão das atividades da Polícia Judicial e dos treinamentos.

**4.3.3. Custo-Benefício:** Análise do custo total da solução (aquisição, eventual manutenção, gestão) em relação aos benefícios obtidos em termos de segurança, eficiência e conformidade.

**4.3.4. Atendimento aos Requisitos Técnicos:** Grau em que cada solução cumpre as especificações técnicas detalhadas no item 3, assegurando a adequação ao uso pretendido.

**4.3.5. Conformidade Legal e de Atribuições:** Adequação da solução às leis vigentes (Lei nº 14.133/2021, Lei nº 15.285/2025, Resoluções CNJ) e respeito às atribuições indelegáveis da Polícia Judicial.

**4.3.6. Controle e Gestão:** Facilidade e objetividade na gestão do contrato, na fiscalização da entrega dos bens e no controle da qualidade.

**4.3.7. Durabilidade e Manutenção:** Qualidade intrínseca dos materiais, vida útil esperada e a facilidade de manutenção e substituição futura.

### **4.4 – Descrição da solução escolhida**

**4.4.1 - A solução escolhida para atender à necessidade de aprimoramento da segurança institucional e operacional do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6) é a aquisição direta dos materiais de segurança especificados. Esta solução abrange os Kits de Atendimento Pré-Hospitalar (APH) Tático,**

Torniquetes com Porta Torniquete Modular, Cintos Táticos (Velado e Ostensivo), Porta Carregadores de Carabina/Fuzil para Colete Tático, Bolsos Modulares Multiuso para Colete Tático, Tapetes Tatames, Cones de Sinalização, Cofres para Acautelamento de Armas (10 Gavetas e Individual), Abafadores para Treinamento de Tiro e Bonés para Agentes da Polícia Judicial. A aquisição direta foi selecionada por ser a mais adequada e eficaz para atender aos requisitos técnicos, de segurança, operacionais e legais, além de apresentar o melhor custo-benefício e controle para o Tribunal.

#### **4.5 – Justificativa da solução escolhida**

4.5.1 – A aquisição direta dos materiais de segurança especificados (Solução 1) foi escolhida como a modalidade mais adequada e eficaz para atender às necessidades atuais do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6), superando a alternativa considerada.

- **Adequação Técnica e de Segurança:** Esta modalidade permite a especificação minuciosa e o controle rigoroso de cada item, garantindo que atendam integralmente aos requisitos técnicos, de desempenho, qualidade e segurança definidos no item 3. Isso assegura que os materiais adquiridos sejam os mais apropriados para as funções da Polícia Judicial e para as atividades de treinamento, minimizando riscos e otimizando a atuação dos agentes.
- **Eficiência Operacional e Garantia de Atribuições:** A posse direta dos equipamentos assegura que o Tribunal tenha os meios necessários para o pleno exercício das atribuições próprias e indelegáveis da Polícia Judicial, conforme preconiza a Lei nº 15.285/2025. Permite também o controle total sobre a disponibilidade e o uso dos materiais, impactando positivamente a eficiência operacional em cenários de risco e nas atividades de capacitação.
- **Custo-Benefício e Economicidade:** A aquisição direta tende a apresentar maior vantagem econômica a longo prazo, pois possibilita a seleção do menor preço, evita custos agregados de serviços não essenciais e permite uma gestão mais eficaz do ciclo de vida dos bens. A licitação para aquisição de bens específicos pode gerar maior competitividade e, consequentemente, melhores condições de preço e qualidade, resultando em melhor aproveitamento dos recursos financeiros do Tribunal.
- **Controle e Gestão:** Esta modalidade oferece maior controle sobre a qualidade dos produtos, prazos de entrega e a gestão direta dos ativos, facilitando a fiscalização do contrato e a manutenção posterior.
- **Conformidade Legal:** A solução de aquisição direta está em plena conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e respeita as normativas específicas que regem a Polícia Judicial, como a Lei nº 15.285/2025 e as Resoluções do CNJ.

Diante do exposto, a aquisição direta dos materiais de segurança se configura como a opção mais vantajosa, pois garante a obtenção de bens com as especificações técnicas requeridas, atende às necessidades de segurança e operacionais, está em conformidade com a legislação, otimiza o uso de recursos e permite um controle mais eficaz por parte do TRT6.

#### **4.6 – Relação entre a demanda prevista e a demanda a ser contratada**

A demanda prevista para a aquisição dos materiais de segurança foi cuidadosamente calculada com base em diversos fatores, visando atender às necessidades específicas das unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6) e garantir a operacionalidade e segurança de seus agentes. A seguir, detalhamos a relação entre a demanda prevista e a quantidade a ser contratada para cada grupo de itens:

##### **4.6.1. Grupo 1: Materiais de Atendimento Pré-Hospitalar Tático e Controle de Hemorragia**



- Kits de APH Tático: A demanda prevista de 20 Kits de APH Tático destina-se à equipagem das viaturas da Polícia Judicial e das unidades da Polícia Judicial localizadas na sede do TRT6 e nos fóruns da Região Metropolitana. Essa quantidade visa assegurar que cada ponto estratégico e veículo operacional conte com um kit para atendimento emergencial.
- Torniquetes com Porta Torniquete Modular: A aquisição de 149 unidades de torniquetes, juntamente com seus respectivos porta torniquetes, foi calculada levando em consideração à quantidade de cargos de Agente da Polícia Judicial, conforme estabelecido pela Portaria TRT-GP Nº 227/2024, de 13 de abril de 2024. Essa medida visa prover cada agente, tanto na capital quanto no interior, com este item essencial para o controle de sangramentos maciços, garantindo a padronização e a disponibilidade imediata em situações críticas.

#### 4.6.2. Grupo 2: Equipamentos Táticos Individuais e Acessórios

- Cintos Táticos (Interno e Externo com Engate Rápido): A demanda prevista de 149 unidades de cintos táticos (ambos os tipos) é baseada na quantidade de cargos de Agente da Polícia Judicial, conforme a Portaria TRT-GP Nº 227/2024. A intenção é prover cada agente com um conjunto de cintos táticos que ofereçam suporte seguro e ergonômico para o porte velado e ostensivo de armamento e acessórios, garantindo a padronização e a operacionalidade.
- Porta Carregador de Carabina/Fuzil para Colete Tático: O quantitativo de 30 unidades foi determinado com base no levantamento dos Agentes da Polícia Judicial habilitados a portar o referido armamento, assegurando que os policiais com essa necessidade específica possuam o equipamento adequado para acesso rápido à carregadores extras.
- Bolso Modular Multiuso para Colete Tático: A demanda de 60 unidades considerou o número de agentes habilitados ao porte de arma de fogo institucional, visando equipá-los com bolsos modulares que permitam o transporte organizado e acessível de itens essenciais (como IFAK, lanternas, etc.), complementando o colete tático.

#### 4.6.3. Grupo 3: Cofres para Acautelamento de Armas

- Cofre para Acautelamento de Arma Individual: Foi prevista a aquisição de 20 unidades para acautelar as 15 armas de fogo adquiridas recentemente, através do Proad 19.004/2025, e para suprir a necessidade de guarda individual em outras unidades.
- Cofre para Acautelamento de Arma com 10 Gavetas: A demanda de 5 unidades destina-se a fóruns da Região Metropolitana que apresentaram maior índice de acautelamento de armas de fogo durante o ano de 2025, visando centralizar e gerenciar de forma segura o armamento nessas unidades de maior demanda.

#### 4.6.4. Outros Itens:

- Tapete Tatame (100m²): A demanda de 1 unidade (correspondente a 100m²) é justificada pela necessidade de ampliação do centro de treinamento e instrução da polícia judicial, que demandará uma área adequada para atividades de capacitação física e tática.
- Cones de Sinalização: A quantidade de 30 unidades foi estimada com base na necessidade de substituição dos cones atualmente danificados (11 unidades sem condições de uso) e para suprir as demandas de sinalização e restrição de acesso em diversas unidades do TRT6, conforme solicitação das unidades à SPJ.
- Abafador para Treinamento de Tiro: A aquisição de 20 unidades atende à demanda de treinamento em estandes de tiro que possuem capacidade para até vinte pessoas por sessão, garantindo a proteção auditiva dos agentes durante atividades de disparo real.



- Boné para Agentes da Polícia Judicial: A demanda de 40 unidades foi levantada com base no interesse manifestado pelos agentes em receber este item como parte do fardamento, visando a padronização e a identificação.

4.6.5 - A demanda inicial, conforme o Documento de Formalização da Demanda (DFD), previa a aquisição de Capa de Colete Tático Modular. No entanto, após análise detalhada das necessidades, foi constatada a necessidade de separar esse item para um processo administrativo apartado deste.

## **5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

5.1 - A presente solução visa à aquisição de materiais de segurança e equipamentos essenciais para o aprimoramento da atuação da Polícia Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6) e para a capacitação de seus agentes. Inclui Kits de Atendimento Pré-Hospitalar (APH) Tático, Torniquetes com Porta Torniquete Modular, Cintos Táticos (Velado e Ostensivo), Porta Carregadores de Carabina/Fuzil para Colete Tático, Bolsos Modulares Multiuso para Colete Tático, Tapetes Tatames, Cones de Sinalização, Cofres para Acautelamento de Armas (individuais e com 10 gavetas), Abafadores para Treinamento de Tiro e Bonés para Agentes da Polícia Judicial. A aquisição contemplará tanto a capital quanto as unidades do interior.

5.2 - A contratação incluirá a obrigatoriedade de prestação de manutenção corretiva pelos fornecedores durante o período de garantia dos Cofres, com atendimento a ser realizado nas instalações da Contratante.

5.3 - O prazo de garantia para os cofres será de 12(doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto contratual.

5.4 - A Contratada fornecedora dos cofres deverá manter canal de atendimento para abertura de chamados, pelo menos, no horário de 8 (oito) às 18 (dezoito) horas, nos dias úteis da Contratante.

5.5 - A Contratada fornecedora dos cofres deverá efetuar o atendimento em até 72 horas após a abertura do chamado.

5.5.1 - O serviço de reparo dos cofres deverá ser prestado nas instalações da contratante, onde o equipamento estará instalado, conforme dispõe o art. 40, §4º, Lei nº 14.133, de 2021, e art. 10, inciso II, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 2022, tal medida será exigida porque o custo para desinstalar o equipamento e levá-lo até as dependências da contratada a fim de consertá-lo seria maior do que o custo de levar um técnico até as instalações da contratada.

5.6 - O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região já possui estrutura adequada de guarda destes materiais e agentes qualificados e habilitados para o seu uso.

5.7 - Será utilizada a modalidade de Pregão - Registro de preço, pois a unidade pretende adquirir os materiais conforme a necessidade do Tribunal e disponibilidade orçamentária, logo as entregas poderão ser fracionadas.

5.8 - A opção pelo Sistema de Registro de Preços justifica-se pelo enquadramento da contratação nas hipóteses previstas nos incisos II e V, do art. 3º, do Decreto nº 11.462/2023, uma vez que a aquisição prevê entregas parceladas e não é possível definir previamente o quantitativo total a ser demandado pela Administração, em virtude da natureza do objeto. Além disso, o SRP permite que o Tribunal garanta os preços obtidos em um processo licitatório competitivo por até um ano, podendo ser prorrogado por mais um, sem a necessidade de realizar novos e custosos processos licitatórios para cada necessidade de aquisição.

Cais do Apolo nº 739 - Recife - PE - CEP 50030-902

Fone: (81) 3225-3200

## 6 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

**6.1** – A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base na análise das necessidades específicas de cada item, considerando sua aplicação, conformidade com a legislação e normativas internas, e a quantidade de servidores a serem beneficiados ou a infraestrutura a ser atendida. As quantidades detalhadas a seguir são acompanhadas das memórias de cálculo e justificativas apresentadas no item 4.6.

Descrição	Qtde
1) Kit de APH Tático	20
2) Torniquete Tático com Porta Torniquete modular.	149
3) Cinto Tático para Operações com Porte Velado	149
4) Cinto Tático para Uso Ostensivo com Engate Rápido	149
5) Porta Carregador de Carabina/Fuzil para Colete	30
6) Bolso Modular Multiuso para Colete Tático	60
7) Cofre para Acautelamento de Arma com 10 Gavetas	5
8) Cofre para Acautelamento de Arma Individual	20
9) Tapete Tatame 30mm (área 100m²)	1
10) Cones de Sinalização	30
11) Abafador para Treinamento de Tiro	20
12) Boné para Agentes da Polícia Judicial	40

## 7 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**7.1** - A estimativa de preços foi realizada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e observando as diretrizes da IN n.º 65/2021, utilizando parâmetros como o Painel de Preços, contratações similares de outros órgãos públicos e pesquisa direta com fornecedores do ramo de equipamentos táticos e de segurança.

**7.1.1** – Segue abaixo o valor estimado da contratação:

Descrição	Preço total
<b>1) Materiais de segurança para Polícia Judicial do TRT6ª Região</b>	<b>R\$ 218.144,49</b>

### 7.2 – Orçamento detalhado

Item	Descrição	Qtd.	Valor unitário do item	Valor total do item
1	Kit de APH Tático	20	R\$ 636,33	<b>R\$ 12.726,60</b>
2	Torniquete Tático com Porta Torniquete modular	149	R\$ 363,35	<b>R\$ 54.139,52</b>
3	Cinto Tático para Operações com Porte Velado	149	R\$ 268,90	<b>R\$ 40.066,10</b>

Cais do Apolo nº 739 - Recife - PE - CEP 50030-902

Fone: (81) 3225-3200

4	Cinto Tático para Uso Ostensivo com Engate Rápido	149	R\$ 286,33	<b>R\$ 42.663,17</b>
5	Porta Carregador de Carabina/Fuzil para Colete	30	R\$ 115,33	<b>R\$ 3.459,90</b>
6	Bolso Modular Multiuso para Colete Tático	60	R\$ 125,33	<b>R\$ 7.519,80</b>
7	Cofre para Acautelamento de Arma com 10 Gavetas	5	R\$ 5.474,00	<b>R\$ 27.370,00</b>
8	Cofre para Acautelamento de Arma Individual	20	R\$ 667,19	<b>R\$ 13.343,80</b>
9	Tapete Tatame 30mm (área 100m²)	1	R\$ 9.907,80	<b>R\$ 9.907,80</b>
10	Cones de Sinalização	30	R\$ 84,26	<b>R\$ 2.527,80</b>
11	Abafador para Treinamento de Tiro	20	R\$ 75,00	<b>R\$ 1.500,00</b>
12	Boné para Agentes da Polícia Judicial	40	R\$ 73,00	<b>R\$ 2.920,00</b>
<b>Valor total da contratação</b>				<b>R\$ 218.144,49</b>

### 7.3 – Adequação Orçamentária

#### 7.3.1 – Fonte de Recursos

<b>Id</b>	<b>Valor</b>	<b>Fonte (Programa/Ação)</b>
1	<b>R\$ 218.144,49</b>	02.122.0033.4256.0026 (339030.28) 02.122.0033.4256.0026 (449052.00)

#### 7.3.2 - Estimativa de Impacto Econômico-Financeiro

<b>Id</b>	<b>Valor</b>	<b>Exercício</b>	<b>Percentual</b>	<b>Análise e Conclusão</b>
1	<b>R\$ 218.144,49</b>	2026	<b>17,5 %</b>	O valor equivale a aproximadamente 17,5% do orçamento total previsto para a unidade, originalmente calculado no montante de R\$ 1.231.454,00.

## 8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

**8.1** – Os itens 1 a 8 serão agrupados em 3 grupos diferentes, visando a padronização e compatibilidade técnica. A aquisição destes itens em não parcelamento garante que todos os equipamentos sejam da mesma marca, modelo e versão, assegurando compatibilidade entre si, padronização dos procedimentos de instalação, manutenção e operação.

#### 8.2 - Grupo 1: Atendimento Pré-Hospitalar Tático (APH-T)

(Itens 1 e 2) **Justificativa:** O agrupamento justifica-se pela **complementariedade crítica** entre os itens de socorro imediato. O torniquete é o componente principal de um Kit de APH Tático; portanto, a aquisição conjunta garante que o porta-torniquete seja dimensionalmente compatível com o modelo de torniquete adquirido, evitando folgas ou dificuldades de extração em momentos de emergência. Além

---

Cais do Apolo nº 739 - Recife - PE - CEP 50030-902

---

Fone: (81) 3225-3200

---

disso, assegura que ambos os materiais possuam a mesma certificação de qualidade (ex: recomendação do CoTCCC), garantindo a eficácia do protocolo de salvamento.

---

### 8.3 - Grupo 2: Equipamentos de Proteção e Guarnição (Sistema Modular)

(Itens 3, 4, 5 e 6) **Justificativa:** A integração destes itens em um único grupo é necessária para garantir a **interoperabilidade do sistema modular (MOLLE)**. Como os cintos e bolsos (porta-carregador e multiúso) serão utilizados de forma acoplada, o agrupamento assegura a padronização do material (Cordura/Nylon), da tonalidade das cores (evitando discrepâncias estéticas no uniforme) e, principalmente, a compatibilidade das medidas das fitas modulares. Adquirir de fornecedores diferentes pode resultar em bolsos que não se fixam firmemente aos cintos, comprometendo a segurança e a ergonomia do operador durante a atividade ostensiva.

---

### 8.4 - Grupo 3: Armazenamento e Guarda de Armamento (Custódia)

(Itens 7 e 8) **Justificativa:** O agrupamento baseia-se na **especialização do objeto**, tratando de estruturas metálicas de segurança para custódia de armas de fogo. A aquisição conjunta facilita a gestão de chaves/segedos, a manutenção técnica e a instalação física, visto que ambos os itens exigem especificações similares de resistência mecânica, blindagem e sistemas de travamento. Além disso, a entrega e instalação por um único fornecedor otimiza a logística de montagem em salas de armas ou ambientes restritos, garantindo que o padrão de segurança institucional seja uniforme para custódia individual e coletiva.

---

**8.5** - Para os grupos 1 e 3 e para os demais itens, a participação será exclusiva para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), em atendimento ao que pressupõe o art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que cada grupo/item apresenta o valor estimado abaixo de R\$80.000,00.

**8.6** - Para o Grupo 2, cujo valor estimado é superior a R\$ 80.000,00, não haverá estabelecimento de cota de até 25%, pois o objetivo deste Tribunal é gerar uma única empresa fornecedora para os itens agrupados, o que permite uma maior eficácia na gestão da contratação e das garantias contratuais. Além disso, verifica-se a influência da economia de escala quando se gera a expectativa de compra de uma maior quantidade de produto a uma mesma empresa, reverenciando-se o princípio da economicidade.

## 9 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

**9.1** - Proad 13093/2025, 18434/2025, 21873/2025.

## 10 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

10.1 - A aquisição de **materiais de segurança e equipamentos táticos para a Polícia Judicial** está devidamente prevista no **Plano de Contratações Anual (PCA) - 2026** deste Tribunal, guardando estrita conformidade com o cronograma de modernização e reaparelhamento da Secretaria de Polícia Judicial.

10.2 - Objetivo Estratégico: Aprimorar a infraestrutura física, material de tecnologia da informação e comunicação e de segurança institucional.

10.3 - Descrição: Utilizar mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias, de custeio, de investimento e de pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, a partir da melhora da infraestrutura física, material, de tecnologia da informação e comunicação e de segurança, garantindo um padrão mínimo necessário ao cumprimento da missão institucional e alcance da visão de futuro.

## **11 - RESULTADOS PRETENDIDOS**

11.1 - Efetividade Operacional: Prover os agentes da Polícia Judicial com equipamentos de proteção individual e táticos (cintos, porta-carregadores, abafadores) que garantam a eficiência e a ergonomia no desempenho de suas funções.

11.2 - Preservação da Vida: Mitigar riscos de fatalidades em situações de crise através da disponibilidade imediata de kits de Atendimento Pré-Hospitalar (APH) Tático e torniquetes, conforme protocolos internacionais de segurança.

11.3 - Segurança do Acervo de Armas: Garantir a custódia segura e individualizada do armamento institucional e de terceiros através da instalação de cofres adequados, prevenindo incidentes e acessos não autorizados.

11.4 - Qualificação Técnica: Viabilizar o treinamento contínuo em ambiente adequado (tatames) e com proteção auditiva necessária, elevando o nível de preparo técnico da tropa.

## **12 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

12.1 - **Capacitação e Treinamento:** A Secretaria de Polícia Judicial deverá realizar, após a entrega dos materiais do Grupo 1, instrução técnica de nivelamento para todos os agentes sobre o uso correto dos **Torniquetes e Kits de APH Tático**, garantindo que o investimento se reverta em capacidade real de salvamento.

12.2 - **Logística de Instalação:** Para o item "Cofre para Acautelamento de Arma", a Unidade Requisitante deverá coordenar com as direções dos fóruns beneficiados (Capital e Interior) o local exato para fixação e embutimento dos equipamentos, garantindo que o piso ou parede suporte o peso e ofereça a segurança necessária.

12.3 - **Gestão da Ata de Registro de Preços:** A unidade gestora deverá realizar o acompanhamento mensal das sobras orçamentárias de outras secretarias para viabilizar as aquisições posteriores, respeitando a prioridade definida no planejamento da Polícia Judicial.

12.4 - **Conferência Técnica no Recebimento:** No ato da entrega, será exigida a verificação rigorosa dos certificados de garantia, data de validade dos componentes do kit de APH (selos de tórax, cânulas, etc.) e a conformidade dos torniquetes com as recomendações do CoTCCC (ou registro na ANVISA), sob pena de recusa do material.

## **13 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

13.1 - A contratação deverá observar as diretrizes de sustentabilidade previstas na **Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010** e na **Resolução CSJT nº 301/2021 (Plano de Logística Sustentável do Judiciário)**, priorizando produtos de maior durabilidade e menor impacto ambiental em seu ciclo de vida.

13.2 - **Logística Reversa e Descarte:** Os itens do Grupo 1 (APH Tático), após o uso ou vencimento, devem ser descartados conforme as normas de resíduos de saúde (quando houver contato com fluidos biológicos) ou como resíduos químicos/plásticos específicos, evitando o descarte em lixo comum.

13.3 - **Durabilidade e Eficiência:** Os materiais têxteis e polímeros (Cintos, Porta-Carregadores e Bolsos) devem possuir alta resistência (ex: Nylon 1000D ou Ripstop), visando prolongar a vida útil do equipamento e reduzir a necessidade de substituições precoces, diminuindo a geração de resíduos sólidos.

13.4 - **Embalagens:** Será recomendado que a contratada utilize o mínimo de embalagens plásticas e de papelão necessárias para a proteção dos itens durante o transporte, priorizando materiais recicláveis ou biodegradáveis.

13.5 - **Cofres de Aço:** Por serem compostos majoritariamente de material metálico, os cofres possuem alto índice de reciclabilidade ao final de sua vida útil (estimada em mais de 10 anos), devendo ser destinados a programas de reciclagem de metais do Tribunal ou prefeituras locais quando inservíveis.

## **14 - DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO E VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

14.1 - Com base nos estudos técnicos detalhados, na análise de mercado e na estratégia de execução via Sistema de Registro de Preços, a equipe de planejamento declara que a contratação é **plenamente viável**. A solução mostra-se adequada às restrições orçamentárias atuais e fundamental para o cumprimento das obrigações institucionais de segurança e proteção à vida.

## **15 - CRITÉRIOS TÉCNICOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

Os critérios técnicos observam o atendimento às especificações previstas em edital.

### **15.1 - Critérios Técnicos Pontuáveis**

Não se aplica.

### **15.2 - Critérios de Seleção**

#### **15.2.1 - Modalidade de Licitação**

15.2.1.1 -PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP).

15.2.1.2 - A realização do procedimento licitatório será na modalidade de Pregão Eletrônico, por meio de sistema de Registro de Preços, consoante art. 40, II, da Lei nº 14.133/2021 e art. 3º, II e V, do Decreto nº 11.462/2023, uma vez que a aquisição de bens prevê entregas parceladas e não é possível definir previamente o quantitativo total a ser demandado pela Administração, em virtude da natureza do objeto.



15.2.1.3 - A Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que o preço permaneça vantajoso, conforme o inciso V, §5º, art. 82 c/c art. 84 da Lei nº 14.133/2021. Isso reduziria o número de licitações para o objeto, considerando que há necessidade de posterior contratação desse bem.

15.2.1.4 - Na hipótese de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original. A medida justifica-se pela necessidade contínua de aparelhamento e reposição de materiais da Polícia Judicial para as unidades do TRT6 (Capital e Interior), garantindo a padronização dos equipamentos táticos e de segurança institucional, justificando-se o interesse na prorrogação da ata, bem como na eventual renovação dos quantitativos, o que será avaliado oportunamente por ocasião do fim da vigência da ata, mediante expectativa de consumo para o ano subsequente e comprovação da vantajosidade econômica.

15.2.1.5 - Nesse sentido, o entendimento esposado no Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal, citado na 5ª Edição das Orientações e Jurisprudência de Licitações e Contratos do TCU de 2023, como referência normativa para o Sistema de Registro de Preços:

“No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei n. 14.133/2021, as quantidades registradas poderão ser renovadas, devendo o tema ser tratado na fase de planejamento da contratação e previsto no ato convocatório”.

15.2.1.5.1 - Sugere-se a não divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), devido à justificativa em anexo a este documento (Anexo I).

15.2.1.6 Em conformidade com o caput do art. 80 do Ato TRT6-GP n.º 655/2023, entende-se ser possível a adesão por outros órgãos à(s) Ata(s) de Registro de Preços decorrente(s) desta contratação, uma vez que se tratam de itens comuns, com previsão de registro de quantitativos relevantes, além de não se vislumbrar óbices operacionais para realizar o processo de gerenciamento correspondente.

## **15.2.2 – Critério de julgamento**

15.2.2.1 - MENOR PREÇO POR ITEM (ou Grupo, conforme definido no Termo de Referência).

## **15.2.3 – Justificativa para contratação direta**

Não se aplica.

## **16 – EQUIPE DE APOIO À CONTRATAÇÃO**

16.1 – Rodrigo Hazin do Nascimento

16.2 – Cícero José da Silva

16.3 – Luciana Leite Silva Barboza

---

Cais do Apolo nº 739 - Recife - PE - CEP 50030-902

---

Fone: (81) 3225-3200

---

## **17 – EQUIPE DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

17.1 - Gestor - Humberto Marinho da Costa Vieira de Melo

17.2 - Gestor Substituto - Cícero José da Silva

17.3 - Fiscal do Contrato - Josué Pedro da Silva Neto

17.4 - Fiscal do Contrato Substituto - Valmir Xavier de Aguiar

17.5 - Fiscal Técnico - Maria Eliza Rosa de Magalhães

17.6 - Fiscal Técnico Substituto - Flávio Romero Mendes de Oliveira

## **18 – ANEXOS**

Anexo I -Justificativa para dispensa da divulgação da IRP.

Recife, data conforme assinatura eletrônica.

---

**RODRIGO HAZIN DO NASCIMENTO**

Diretor da Secretaria de Polícia Judicial - SPJ

## **Anexo I**

### **Justificativa para Dispensa da divulgação da IRP.**

A Intenção de Registro de Preços - IRP, prevista no artigo 86 da Lei nº 14.133/2021 e nos artigos 7º a 10 do Decreto Federal nº 11.462/2023, trata-se de procedimento público que consiste na divulgação, ainda na fase preparatória ou de planejamento, dos procedimentos licitatórios delineados com a utilização do SRP, para que os demais órgãos e entidades possam ter conhecimento da futura licitação e, assim, reunir eventuais demandas de mesmo objeto ao certame em formação, tornando-se órgãos partícipes.

No contexto do Sistema de Registro de Preços, de fato, a IRP surge como uma ferramenta de gestão de recursos, uma vez que pode materializar várias contratações através da realização de um único procedimento, reduzindo significativamente os custos de licitação, bem como viabilizar o alcance de melhores preços por meio da economia de escala decorrente da definição de um quantitativo estimado maior. Assim, em regra, de acordo com os dispositivos supracitados, os órgãos públicos têm o dever de formalizar a IRP.

Ocorre, porém, que, havendo manifestação de intenção de participação de outros órgãos, caberá àqueles responsáveis pelo gerenciamento das futuras Atas de Registro de Preços (ARP), uma série de encargos como, por exemplo, o dever de aceitar ou recusar os itens, realizar a pesquisa de mercado, consolidar as estimativas individuais e totais de consumo, dentre outros.

É, portanto, fundamental que o corpo técnico do órgão esteja planejadamente preparado e tecnicamente capacitado para assumir as incumbências legais advindas do controle, coordenação e gerenciamento de uma compra compartilhada.

É nesse cenário que se inserem o § 1º, do artigo 86, da Lei nº 14.133/2021 e o § 2º, do artigo 9º, do Decreto nº 11.462/2023, para dispensar a obrigatoriedade de publicação da IRP nos casos em que o órgão gerenciador for o único contratante. Os textos legais trouxeram, destarte, uma certa margem discricionária para que o órgão ou entidade decida ser contratante único e, por conseguinte, não realize os procedimentos relacionados à intenção de registro de preços.

Importante citar que respeitada doutrina em contratações públicas esclarece a necessidade de apresentar as devidas justificativas para a não divulgação da IRP e elenca fatores que podem amparar a decisão:

*“Pode-se antever diversas justificativas, entre as quais, (i) demanda urgente, (ii) demanda por quantitativo inexpressivo, (iii) complexidade ou peculiaridade técnica do objeto, (iv) falta de estrutura do órgão ou entidade e, inclusive, (v) prejuízo à competitividade.”<sup>1</sup>*

No caso vertente, três motivos ganham relevo para embasar a presente solicitação de dispensa de divulgação da Intenção de Registro de Preços:

---

<sup>1</sup> NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo: conteúdo atualizado com a nova lei de licitações. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022. p. 886. Veja mais em <https://portal.sollicita.com.br/Noticia/21338/dispensa-da-divulga%C3%A7%C3%A3o-de-irp> - Copyright © 2024, Sollicita. Todos os direitos reservados.

1 - Falta de estrutura do órgão ou entidade. Em que pese se tratar de Tribunal Federal de médio porte, dentro de uma justiça especializada, e, em tese, bem estruturado, o TRT6, atualmente, considerando a especificidade do objeto pretendido, não dispõe de quadro de servidores devidamente capacitado para conduzir uma contratação compartilhada. Ressalte-se que o Regional não tem um histórico de promoção desses procedimentos, tendo o último gerenciamento ocorrido em janeiro de 2020.

2 - Existência de regulamento próprio da Justiça do Trabalho. A Resolução nº 364/2023 do CSJT, que dispõe sobre a Política de Governança e Gestão das Contratações na Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, assim regulamentou:

"CAPÍTULO V

PLANEJAMENTO

SEÇÃO III – Das Compras Compartilhadas

*Art. 24 As compras compartilhadas poderão ser realizadas em nível local, regional e nacional, conforme suas características, a fim de garantir a compra mais vantajosa.*

*Parágrafo único. **As compras compartilhadas nacionais e regionais serão realizadas, preferencialmente, entre os órgãos da Justiça do Trabalho.***

*Art. 25 As contratações regionais serão realizadas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, organizados por regiões, coordenadas por subcomitês, denominados Subcomitês Nacionais de Apoio à Gestão das Contratações (SNGCs), subordinados ao Comitê Nacional de Apoio à Gestão das Contratações (CNGC).*

*§ 1º Os Subcomitês Nacionais de Apoio à Gestão das Contratações serão compostos pelos gestores responsáveis pelas unidades de licitações e contratos dos Tribunais ou equivalentes, observados os seguintes agrupamentos:*

*II - SNGC Nordeste (SNGC-NE), constituído pelos Tribunais Regionais do Trabalho da 5ª, **6ª**, 7ª, 13ª, 16ª, 19ª, 20ª, 21ª e 22ª.*" - sem grifos no original

3- Planejamento e preparação do Tribunal para realização de contratações compartilhadas em andamento. Foi realizada no dia 07/06/2024, a primeira reunião do Subcomitê Nacional de Apoio à Gestão das Contratações da Região Nordeste, que teve como pauta a viabilidade de compras compartilhadas regionais de itens constantes dos respectivos PCAs, conforme art. 25, § 2º, inciso II, da referida Resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

No caso, com vistas a facilitar as escolhas e impulsionar o sucesso das primeiras iniciativas, as orientações do Comitê Nacional de Apoio à Gestão das Contratações, nesse primeiro momento, foram: dar preferência para aquisições de bens com entrega imediata e com especificações e critérios de sustentabilidade simples; priorizar contratações recorrentes, com definição clara de

---

Cais do Apolo nº 739 - Recife – PE – CEP 50030-902

---

Fone: (81) 3225-3200

---

solução; e evitar contratações cujas necessidades de fornecimento para algum Regional seja até março de 2025.

Por todo o exposto, pela necessidade de realização e conclusão céleres deste procedimento licitatório e considerando que a divulgação da IRP poderia tornar a lentidão da burocracia um atraso prejudicial à administração pública<sup>2</sup>, sugere-se a dispensa da referida divulgação.

---

<sup>2</sup> Murilo Jacoby Fernandes - Advogado, consultor e professor. Atua na área do Direito Administrativo, especialmente em licitações e contratos. Veja mais em <https://portal.sollicita.com.br/Noticia/10622/dispensa-da-divulga%C3%A7%C3%A3o-da-irp> - Copyright © 2024, Sollicita. Todos os direitos reservados.